



III CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

ESTADO DO CONHECIMENTO SOBRE O ENSINO DE DIREITOS HUMANOS NAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO MÉDIO NO BRASIL.

Suzana Paula de Oliveira Pereira¹
Jean Mac Cole Tavares dos Santos²
Erivelton Nunes de Almeida³

Resumo:

A década 90 foi marcada pela discussão mundial acerca da necessidade de trabalhar a temática de direitos humanos dentro da educação, tendo nascido o primeiro programa nacional de direitos humanos. A pesquisa realizada é qualitativa de cunho bibliográfico. O trabalho busca o estado do conhecimento sobre o ensino de direitos humanos nas instituições públicas de ensino médio no Brasil nos últimos cinco anos, por meio de banco de periódicos da Capes e do indexador Google Acadêmico. O presente estudo possibilitou apropriação e esclarecimento sobre o que vem sendo produzido no âmbito da pesquisa atrelada ao ensino de direitos humanos no ensino médio, identificando alguns desafios para abordagem da temática nesse nível educacional.

Palavras-chave: ensino, direitos humanos, ensino médio.

Introdução

A Constituição Federal de 1988 foi pródiga em estabelecer mecanismos que asseguram os Direitos Humanos corroborando vários dispositivos da Declaração Universal de Direitos Humanos, bem como ratificou suas disposições através da adoção de tratados internacionais, sendo uma das principais vertentes o direito à educação.

Ocorre que as tentativas de trabalhar a temática de direitos humanos de forma mais efetiva nas escolas iniciaram de maneira lenta e esparsa, de modo que, apenas em 1996, as disciplinas ética e cidadania foram inseridas como parte dos parâmetros curriculares nacionais. O programa nacional de direitos humanos, teve sua primeira versão em 1996 e a última no ano de 2009, trazendo como uma de suas premissas o ensino em Direitos Humanos, estabelecendo diretrizes e metas para sua implantação. Somente em 2003 o Brasil criou o primeiro plano nacional voltado especificamente para educação em direitos humanos, ou seja, após 15(quinze) anos da promulgação da carta magna, tendo sua segunda versão no ano de 2006. O referido plano aborda a produção de informação e conhecimento, produção e divulgação de materiais, aponta ainda a formação e capacitação de

¹ Bacharel em direito pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, Especialista em direitos humanos pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, Professora Substituta de Ensino Superior da FAD – UERN, e-mail: suzana.pereira@uern.br. Discente do mestrado interinstitucional da UERN, UFERSA e IFRN – POSENSINO.

² Mestre em História Social (UFRJ). Doutor em Educação Popular (UFPB). Professor da FE – UERN, e-mail: maccolle@hotmail.com.

³ Aluno do curso de Mestrado em Ensino (POSENSINO), UERN/UFERSA/IFRN, Professor de Ensino Superior da Faculdade Mater Christi, e-mail: eriveltonalmeida@yahoo.com.br.



profissionais, bem como dispõe sobre os meios de avaliação e monitoramento. Dentre suas ações programáticas está a proposta de inserção da temática de direitos humanos nas diretrizes curriculares da educação básica. (BRASIL, 2006).

Ocorre que apesar de apresentar diversas disposições legais as mesmas só foram realmente reconhecidas através do Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009. O decreto supramencionado aprovou o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3 efetivou o plano de educação em direitos humanos de 2006, bem como trouxe diversas disposições acerca do ensino em direitos humanos, trazendo em seu conteúdo, especificamente no eixo orientador V abordando educação e cultura em direitos humanos, composta pela diretriz 19 que prega o fortalecimento dos princípios da democracia e dos direitos humanos na de educação básica. Aponta ainda como objetivo estratégico o respeito às diferentes crenças, liberdade de culto e garantia da laicidade do Estado (BRASIL, 2010). Com relação as suas ações programáticas estabelece o ensino da diversidade e história das religiões, inclusive as derivadas de matriz africana, na rede pública de ensino, com enfoque no reconhecimento das diferenças culturais, promoção da tolerância e na asseveração da laicidade do Estado (BRASIL, 2010).

No sentido de promover o ensino em Direitos Humanos, em 2012, foram homologadas as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos pelo Conselho Nacional de Educação, em forma de Parecer e de Resolução (BRASIL, 2012a, 2012b) no qual definiu que a abordagem da referida temática deve ser de forma transversal. As referidas diretrizes estabelecem o ensino em Direitos Humanos como um dos “eixos fundamentais do direito à educação” e designa a responsabilidade dos sistemas de ensino na efetivação do ensino em Direitos Humanos, reforçando, assim, a política educacional na área de direitos humanos.

Cumprir aludir que o ensino médio, assim como disposto nas diretrizes supra referidas, é parcela relevante do ensino básico, haja vista que é composto, em sua maior parte, de adolescentes e jovens em fase de inserção no mercado de trabalho e socialização em diversos grupos, bem como já participam das decisões políticas do país sendo etapa de extrema importância na formação de cidadãos, eis que deve ser baseada numa educação conscientizada, tendo como um dos seus eixos a dignidade humana (MONTEIRO SILVA; TAVARES, 2012). Oportuno ressaltar que os direitos humanos estão relacionados com as temáticas que visam combater preconceitos, abordando racismo, xenofobia, homofobia, questões de gênero, bem como diversos temas relevantes para reflexão e formação crítica do cidadão.



Conforme estudos do UNICEF a adolescência é a fase de maior desenvolvimento cognitivo do ser humano, daí a relevância de se trabalhar o ensino de direitos humanos, (MONTEIRO SILVA; TAVARES, 2012) eis que contribui para a formação de seres humanos com pensamento crítico, bem como com autonomia intelectual para que se possa buscar seus direitos. Nesse sentido faz-se necessário pesquisar o que vem sendo produzido no âmbito da pesquisa atrelada ao ensino de direitos humanos nas escolas públicas do ensino médio?

Do percurso metodológico realizado.

O presente artigo é um estado do conhecimento (RICHARDSON, 2012), que busca encontrar trabalhos: artigos, teses e dissertações que estão sendo desenvolvidos dentro da temática: ensino de direitos humanos em escolas públicas do ensino médio, no período de 2009 a 2016, nos indexadores Google Acadêmico e no portal de periódicos da CAPES/MEC. A escolha desses indexadores se deu pela facilidade de obter acesso aos trabalhos de todas as regiões do país de forma mais célere através do meio digital.

O parâmetro que norteou a pesquisa foi o ensino de direitos humanos nas escolas públicas do ensino médio. Inicialmente foi escolhido como ferramenta de pesquisa o banco de periódicos da CAPES por abranger a produção de todas as regiões do país, bem como ser referencial de pesquisa na área acadêmica. Após a escolha do indexador fora realizada pesquisa por assunto inseridos os descritores “ensino” e “direitos humanos” tendo apresentado 104 resultados. Diante da impossibilidade de exaurimento da temática e pelas restrições de tempo para uma pesquisa dessa proporção foi escolhido mais um descritor: “ensino médio” no sentido de direcionar melhor a pesquisa, tendo obtido 11 resultados. Em seguida foi realizado uma delimitação temporal, tomando por marco inicial o decreto de nº 7.037/2009, ano que formalizou o terceiro plano nacional de direitos humanos – PNDH -3, bem como determinou a efetivação do plano nacional de educação em direitos humanos – PNEDH.

Em seguida foi escolhido como segunda ferramenta de pesquisa o Google acadêmico por apresentar uma probabilidade maior de resultados. Após a escolha do indexador foram inseridos os descritores “ensino” e “direitos humanos” tendo apresentado 110 mil resultados. Diante da impossibilidade de exaurimento da temática e pelas restrições de tempo para uma pesquisa dessa proporção, elaborou-se um recorte no sentido de seguir a pesquisa por título, resultando em 101 trabalhos. Em seguida foi realizado uma delimitação temporal, tomando por marco o decreto de nº 7.037/2009, tendo resultado em 75 trabalhos. Logo em seguida foi escolhido mais um descritor: “ensino médio” no sentido de direcionar melhor a pesquisa, tendo obtido 8 resultados.



A pesquisa evidenciou 19 produções dentre artigos, dissertações e teses, elaboradas em programas de pós-graduação e em periódicos científicos dos dois indexadores. Depois de uma triagem inicial, passamos a verificar se os trabalhos selecionados tratavam, de fato, de estudos sobre o ensino de direitos humanos no ensino médio, por meio da leitura dos textos. Outro parâmetro para escolha foi acessibilidade dos trabalhos na íntegra, optando-se pelos de livre consulta. A aplicação desses parâmetros reduziu a amostra inicial para 8 artigos, sendo 4 pelo indexador da CAPES e o restante pelo indexador Google Acadêmico.

Os 8 (oito) trabalhos selecionados foram submetidos a um tratamento com aproximações em Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011) em que emergiram quatro categorias relativas ao ensino de direitos humanos nas escolas públicas de ensino médio. As categorias escolhidas foram: “políticas públicas”, buscando identificar abordagens teóricas que trabalhem as políticas públicas voltadas para o ensino de direito humanos nas escolas públicas de ensino médio. Na categoria “abordagem temática”, busca verificar como as temáticas relacionadas a direitos humanos estão sendo trabalhadas no contexto da prática. A categoria “material didático”, buscou identificar os trabalhos que discutam sobre a análise e construção de materiais didáticos voltados para à temática de direitos humanos. A quarta e última categoria “formação docente”, busca identificar trabalhos relacionados à formação de professores de escolas públicas de ensino médio na temática supramencionada, e estão diretamente ligadas as diretrizes nacionais para o ensino de direitos humanos que estabelecem tais categorias como meios de efetivar tais diretrizes. Essa fase constituiu-se de uma leitura inicial flutuante sobre o corpus de análise para verificar a validade das categorias escolhidas e de uma posterior leitura aprofundada na qual se buscou identificar a presença das categorias escolhidas.

Dos Resultados

O estudo focou-se na análise e na discussão dos aspectos que envolvem o ensino de direitos humanos nas escolas públicas do ensino médio, presentes nos trabalhos selecionados, com o intuito de evidenciar possíveis tendências e de destacar os valores de ordem educacional. Seguindo nesse viés faremos alguns apontamentos atrelados aos direcionamentos/implementações verificados em cada uma das categorias acima elencadas.

1ª categoria: Políticas Públicas.

Acerca dos artigos teóricos que tratam de Políticas Públicas para o ensino em direitos humanos o trabalho de Eliane Cleide da Silva Czernisz (2013), no seu artigo junto a Revista Diálogos Educacionais, Educação e Direitos Humanos: análise da formação no Ensino Médio e



Profissional buscou realizar uma análise do Ensino Médio e Profissional como política pública para formação do cidadão e do trabalhador. A autora defende que a educação, como uma política pública, é o meio primordial para que se concretize a formação do homem, bem como é fator de valorização da aprendizagem e do exercício dos direitos humanos. Czernisz (2013) teve como objetivo discutir as proposições políticas para o Ensino Médio e Profissional e sua conexão com a promoção dos direitos humanos e da cidadania problematizando de que forma pode ser desenvolvida a educação média e profissional sob a ótica dos direitos humanos e modelada por uma realidade política e social norteada por direcionamentos neoliberais.

Já a pesquisa realizada por Nunes (2013), no seu mestrado em educação, intitulada O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos e a Realidade da Escola Pública, teve como objetivo foi identificar as passagens relativas à educação, à escola, à educação em direitos humanos e a desigualdade social, interpretando-as a luz do materialismo histórico. A pesquisa foi composta de quatro partes distintas: a primeira faz-se um percurso histórico sobre o conceito de direitos humanos, a segunda trata do referido conceito na contemporaneidade, na terceira analisa-se o PNEDH, em seguida verifica-se a efetivação do referido plano. Na análise de Nunes (2013), foram utilizados os dados oficiais atinentes às desigualdades e violência levantados pelo INEP, além de questionários aplicados junto aos professores, contrapondo-os às diretrizes do PNEDH, implementadas pelo Estado para a garantia da Educação em Direitos Humanos.

Nas análises realizadas nos trabalhos supra os resultados foram uníssonos no sentido de revelar que a escola está distante da concepção idealizada pelas políticas públicas e instrumentos legais, e que, apesar dos empenhos perceptíveis, as políticas estabelecidas reforçam as regras e mecanismos de dominação e subordinação ao capital, identificando também como obstáculos para o ensino de direitos humanos as políticas neoliberais com formação voltada única e exclusivamente para o trabalho de modo a obstar uma formação crítica e reflexiva dos discentes, apontando ainda a necessidade de políticas públicas voltadas para a educação anunciando a centralidade dos direitos humanos.

Não obstante a importância do debate sobre os direitos humanos nas mais diversas esferas da sociedade observou-se que existe uma resistência em se problematizar essa temática no ensino médio sem que faça parte do conteúdo de uma disciplina.

2ª categoria: Abordagem temática.

Dentre os trabalhos que tratam acerca da percepção dos conceitos relacionados aos direitos humanos no contexto da prática a pesquisa realizada por Silva (2010), no seu doutorado na



Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo - USP, intitulada A igualdade ainda vai chegar: Desafios para construção da “cultura do respeito” aos direitos da cidadania do seguimento LGBT numa escola pública do município de São Paulo. O autor defende a tese de que existe um conflito entre as disposições legais e a visão de violação dos direitos humanos, destacando ainda que no lócus da pesquisa ocorreu a resignificação do conceito de tolerância, bem como entende a homofobia passou a ser considerada uma forma específica de violência, que auxiliava na compreensão das discriminações resultantes de noções, valores e expectativas sobre masculinidades e feminilidades dirigidas a todos/as pessoas, independentemente de sua orientação sexual; assim como as formas e os conteúdos da humilhação. A pesquisa foi realizada numa unidade de ensino, utilizando a observação etnográfica, entrevistas semiestruturadas e questionários fechados, teve por objetivo investigar como a noção de respeito aos direitos humanos presente nas políticas públicas de educação, tendo refletido acerca da garantia do conhecimento do direito a não discriminação das diferenças sexuais no espaço escolar.

A pesquisa realizada por Schilling (2012), em sua tese de doutorado intitulada Direitos Humanos, Justiça e Violência: percepções sobre a escola justa. A autora dando continuidade a trabalhos anteriores partiu da constatação do impasse e da circularidade do debate sobre a violência, a reprodução das desigualdades e o desrespeito às diferenças no cotidiano escolar, gerando a problematização acerca de uma nova abordagem para enfrentar os conflitos da escola, conduzindo de outra maneira os pleitos por uma escola mais justa e refletindo sobre práticas que gerem resultados distintos dos atuais. Para isso realizou uma sistematização do debate teórico sobre justiça/injustiça e um estado da arte acerca da discussão acadêmica sobre a temática, além de dois estudos empíricos, com base nas percepções sobre o justo/injusto de estudantes do ensino médio, professores e gestores de uma escola pública de São Paulo.

A pesquisa realizada por Conceição Filho (2011), denominada Análise de um Programa de Inclusão de Alunos Surdos no Ensino Médio em uma Escola Pública da Cidade de Londrina. O autor buscou analisar um programa de inclusão de alunos surdos no ensino médio em uma escola pública da cidade de Londrina, realizado no período de 2004 a 2006. A pesquisa consistiu em um estudo de caso sobre a implementação e operacionalização do referido programa na escola. Aborda ainda as bases teóricas sobre a escola inclusiva na perspectiva dos direitos humanos e do exercício da cidadania; os aportes teóricos que mencionam o caráter visual do processo de aprendizagem do sujeito surdo; destacando é a comunicação através de Libras e; asseverando acerca das indicações metodológicas derivadas do bilinguismo. Os dados analisados foram provenientes de entrevista com



os participantes e análise documental, sendo os participantes: três alunos surdos egressos do ensino médio, três professores, uma gestora, uma coordenadora pedagógica e um técnico pedagógico da Equipe de Ensino do Núcleo Regional de Educação de Londrina.

Os três trabalhos trouxeram 2(dois) resultados vinculados a problemas na abordagem de temáticas de direito humanos e outro com resultado distinto, mas positivo no sentido de conseguir efetivar os direitos humanos através da prática inclusiva. Os resultados obtidos por Silva (2010) evidenciaram como obstáculos ao ensino de direitos humanos: a noção de direitos humanos se apoiava na ideia de respeito a um sujeito universalizante e abstrato que não se alinhava à cultura da escola estudada, apresentando pouca influência no discurso escolar acerca do respeito aos direitos das diferenças sexuais; e o outro obstáculo encontrado foi que a escola estudada carregava problemas relacionadas a alta rotatividade de professores que geravam, por sua vez, a descontinuidade de projetos, bem como apresentada forte regulação de gênero, fatores que dificultavam o trabalho escolar com os valores democráticos e de cidadania.

Já o segundo trabalho apontou como resultado uma predominância na percepção sobre a injustiça, tanto nos relatos sobre o mundo, quanto naqueles sobre a escola, trazendo ainda como propostas para se obter uma escola justa: uma escola que seja baseada no mérito, cujo o diálogo seja ferramenta de resolução de conflitos, onde ocorra respeito às diferenças, com tratamento isonômico e proporcional.

Diferentemente dos dois trabalhos acima mencionados o terceiro trabalho evidenciou que as narrativas dos participantes confluíram para uma avaliação positiva sobre o programa de inclusão estudado, de modo que os alunos vivenciarem a efetivação dos direitos humanos através da prática inclusiva, tendo considerado essa experiência positiva, apontando ainda como fatores que favoreceram: o bom acolhimento dos alunos ouvintes e pelo apoio dos professores no tocante às condições para favorecer suas aprendizagens acadêmicas, tendo os mesmos avaliado a experiência de forma igualmente positiva, tendo em vista que receberam apoio da direção da escola, dos intérpretes, bem como havia um espaço para discussão de suas dúvidas, bem como embasamentos teóricos sobre o processo vivenciado por meio de reuniões pedagógicas mensais que contavam com a participação de todos envolvidos no processo.

Embora a pesquisa de Conceição Filho (2011), não possa ser tomada como regra para a realidade dos estabelecimentos educacionais brasileiros, ela demonstra uma evolução na efetivação dos direitos à educação sob a ótica inclusiva.

3ª categoria: Material didático.



Com relação aos trabalhos voltados para análise de material didático que aborda a temática de direitos humanos a pesquisa realizada por Melo Filho (2015), no seu mestrado em direitos humanos, intitulada Educação em Direitos humanos: uma Análise de Livros Didáticos de Língua Portuguesa do Ensino Médio, defende que a educação desponta como uma forma de humanizar as pessoas, preparando-as para uma convivência mais fraterna, tendo o ensino médio como foco de estudo. Melo Filho (2015), teve como objetivo compreender de que maneira as propostas de produção de texto dos livros didáticos de Língua Portuguesa adotados pelas Escolas de Referência de Caruaru discutem/problematizam as questões relacionadas à formação pautada em uma educação em Direitos Humanos. A investigação foi estruturada em quatro partes: Na primeira, o autor discorreu sobre os fundamentos teóricos e normativos da educação em direitos humanos, abordando estatutos jurídicos e analisando autores que vêm refletindo especificamente sobre o assunto, em consonância com pensadores de temáticas afins. Já a segunda, faz um estudo sobre o ensino-aprendizagem de língua portuguesa e sobre a construção e função do livro didático, adotando um viés crítico no diz respeito a busca de uma perspectiva democrática que atenda às funções comunicativas da língua, bem como ressaltou a importância para a educação em direitos humanos. Na última parte, o autor discorreu sobre a forma de obtenção de dados e a análise, sob a perspectiva das categorias selecionadas: gênero e direitos sociais.

Guimarães (2010), na Revista Mediações de Ciências Sociais, em seu artigo: Humanização, dignidade, igualdade, liberdade, respeito e tolerância: direitos humanos como conteúdo de sociologia no ensino médio teve por objetivo pesquisar como se dá as acepções de direitos humanos dentro da disciplina de sociologia no ensino médio na cidade de Londrina - PR. Dentre as questões de sua pesquisa procura conhecer como o conteúdo da Declaração Universal de Direitos Humanos seria trabalhado pelos professores, tendo enfoque na análise de termos e concepções expressos na referida declaração, sendo eles: humanização, dignidade, igualdade, liberdade, respeito e tolerância. A autora defende a inclusão da DUDH como material bibliográfico de apoio da disciplina Sociologia, ministrada no nível médio, no sentido de compromissar professores e estudantes com os princípios que norteiam o documento considerando que os mesmos são dotados de universalidade. A pesquisa foi realizada através de entrevistas realizadas no segundo semestre de 2009 com 12 professores de Sociologia de 10 escolas públicas de nível médio.

Os resultados das pesquisas mostram a diferentes abordagens. Enquanto que na pesquisa de mestrado Melo Filho (2015) entende que os temas de direitos humanos são debatidos nas obras de maneira parcial, considerando que as temáticas de gênero e direitos sociais, são tratadas de forma



incipiente, bem como, por muitas vezes, não trazem uma continuidade do assunto desenvolvido. Ressalta ainda o problema de não abordarem com profundidade questões fundamentais da contemporaneidade. O autor sugeriu ainda, após a análise, uma série de mudanças de abordagem dos referidos livros estudados, bem como a ampliação das discussões encontradas.

O artigo de Guimarães (2010) traz como resultado a necessidade de discutir cientificamente a DUDH em caráter disciplinar, a partir de unidades do programa que tratem do respeito à diversidade, das diferenças socioculturais, da igualdade entre os diferentes, das questões de gênero, desigualdades econômicas, caracterizações multiculturais, servindo como material de apoio para a disciplina de sociologia. O ponto comum às duas abordagens é a necessidade de se trabalhar materiais com conteúdo voltado para temática de direitos humanos, quer seja a declaração ou material específico.

Um dos elementos que provavelmente influíram para a superficialidade da abordagem em sala de aula encontrada por Melo Filho (2015) esta relacionado a ausência de uma formação específica dos professores para dar enfoque das temáticas de direitos humanos que, por muitas vezes, são complexas e demandam reflexões mais profundas do que os textos trazidos pelo material.

Muitos profissionais da área educação dizem ter dificuldade em trabalhar as referidas temáticas e contextualizá-las, sendo o material de apoio didático uma das melhores ferramentas para auxiliar o professor, mas sem uma formação que lhe permita discutir e abordar tais temáticas em sala de aula o processo de trabalho das temáticas podem sequer ser efetivado.

4ª categoria: **Formação de professores.**

Em busca de registrar um relato de experiência concernente a um projeto de extensão intitulado “Formação Continuada em Direitos Humanos para Professores do Ensino Médio”, E. M. N. DIÓGENES e F. A. de Andrade (2013), na revista HOLOS, escreveram o artigo NARRATIVAS EMERGENTES NO ENSINO MÉDIO: Direitos Humanos & Educação. Para o trabalho utilizaram como metodologia: entrevistas com os professores e de consulta aos arquivos da Secretaria de Educação, bem como através da formação continuada dirigida aos professores do ensino médio, utilizando da pesquisa-ação com base nas ideias de Michel Thiollent (2007). As investigações tiveram início no ano de 2010 e concluídas em maio de 2011 por uma professora e um aluno bolsista. Teve como objetivo central debater em curso de formação voltado para professores a possibilidade de introduzir os Direitos Humanos como tema gerador de conhecimentos em sala de aula, de modo a propiciar aos professores um entendimento de seus problemas para que eles possam percebê-los e levantar alternativas que vão ao encontro de seus interesses pedagógicos, bem como



incentivar a participação dos alunos no sentido instigar o conhecimento da temática e a promover sua abordagem em sua sala de aula com autonomia.

Como resultado do único trabalho desta categoria, a partir dos dados da pesquisa, os autores apontaram a necessidade implantação de políticas de educação no sentido de formar permanentemente os professores no campo dos Direitos Humanos, tornando essa temática o princípio pedagógico por excelência da ação educativa, bem como a garantia do direito de todos os cidadãos a uma educação de qualidade.

O trabalho supramencionado é de suma importância para a difusão da temática de direitos humanos haja vista que os professores, uma vez tendo recebido formação específica para trabalhar as temáticas de direitos humanos, poderá difundir melhor, conduzindo o ensino de maneira interdisciplinar, bem como poderá levantar discussões de modo a provocar a reflexão dos alunos e até incentivar numa formação crítica e cidadã.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos artigos, teses e dissertações percebe-se que a temática para ser trabalhada de dentro da escola pública, ainda está associada a um caráter muito disciplinar na maioria das pesquisas, haja vista que vários trabalhos tentam visualizar a temática dentro de disciplinas específicas, sem tentar desenvolver os instrumentos de forma transversal.

Dentre os desafios encontrados no presente estudo foi possível realizar a identificação de alguns pontos relevantes nesta produção. O primeiro deles é a proporção reduzida de trabalhos relacionados ao ensino de direitos humanos especificamente voltados para o ensino médio. O referido dado pode estar associado a ausência de políticas públicas efetivas e inclusivas de maneira a envolver mais os jovens em atividades voltadas para temática ou que trabalhem a mesma de forma interdisciplinar.

Analisando o foco temático das publicações percebe-se que os temas como homofobia, racismo, questões de gênero ainda geram diversas discussões, e mesmo que a discussão das temáticas ainda não seja hegemônica nas escolas públicas, os dados revelam que existe a disputa e que, mesmo sendo invisível aos olhos de alguns profissionais, as temáticas de direitos humanos encontram-se presentes fazendo-se necessário que as mesmas sejam trabalhadas na escola quer seja dentro ou fora dos currículos.



Outras posições destacam que o ensino médio com enfoque voltado para o trabalho, decorrente das políticas públicas neoliberais, também são considerados obstáculos para o ensino de direitos humanos.

Com relação à formação de professores do ensino médio para a temática de direitos humanos, os trabalhos encontrados revelaram uma deficiência no desenvolvimento de trabalhos, bem como evidenciaram a necessidade de implantação de políticas de educação no sentido de formar permanentemente os professores no campo dos direitos humanos.

Acerca da forma de abordagem da temática os trabalhos encontrados seguem muito uma linha disciplinar em desacordo com as diretrizes e demais legislações nacionais que determinam a referida abordagem, preferencialmente de modo transversal e interdisciplinar.

De modo geral, este levantamento aponta que o campo relacional entre o ensino de direitos humanos e sua relação com o ensino médio já foi, e ainda é vislumbrado por estudiosos das áreas em questão, muitas vezes sob um olhar de uma concepção universalista que até hoje predomina no Brasil e que, de certa forma, coopera para a invisibilidade das temáticas dentro da escola.

A ausência de trabalho das temáticas de direitos humanos para o ensino médio resulta na desconsideração da história mundial, bem como a memória das pessoas que sofreram violações de direitos humanos e sua contribuição para a justiça e paz. Por isso, esse assunto ainda precisa ser expandido e consolidado, com pesquisas em maior volume na área do ensino médio, e que dêem conta das especificidades dos objetos e dos desafios que a centralidade dos direitos humanos na área de ensino.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. SP: Edições 70, 2011.

BRASIL. Educação e Cultura em Direitos Humanos. In: **Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)**. Secretaria de Direitos Humanos da presidência da República. rev. e atual. Brasília: SDH/PR, 2010.

_____. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos: 2006**/ Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, p.56, UNESCO, 2006.

_____. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH -3)**/Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. Brasília: SEDH/PR, 2010.

_____. Resolução CNE/CP n.º 01/2012, de 30 de maio de 2012. **Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos**. Brasília: MEC/CNE, 2012b.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

CONCEIÇÃO FILHO, Delci da. **Análise de um programa de inclusão de alunos surdos no ensino médio em uma escola pública da cidade de Londrina.** Dissertação (mestrado em educação) – Universidade Estadual de Londrina, 2011.

CZERNISZ, Eliane Cleide da Silva. **Educação e direitos humanos: análise da formação no Ensino Médio e Profissional.** Rev. Diálogo Educ., Curitiba, v. 13, n. 39, p. 729-745, maio/ago., doi: 10.7213/dialogo.educ.10216, 2013.

DIÓGENES, Elione Maria Nogueira. ANDRADE, Francisco Ari de. A. **Narrativas emergentes no ensino médio: direitos humanos & educação**, 4, 135–142., na revista HOLOS do Instituto Federal do Rio Grande do Norte - IFRN, 2013.

GUIMARÃES. Elisabeth da Fonseca. **Humanização, dignidade, igualdade, liberdade, respeito e tolerância: direitos humanos como conteúdo de sociologia no ensino médio.** na Revista Mediações de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina – UEL, Londrina – PR. 2010.

MONTEIRO SILVA, Aínda Maria. TAVARES, Celma. **A formação cidadã no ensino médio.** Coleção educação em direitos humanos, vol.2, São Paulo: Cortez, 2012.

MELO FILHO, A. M. C. **EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS: Uma Análise de Livros Didáticos de Língua Portuguesa do Ensino Médio.** Dissertação (mestrado em direitos humanos). 2015.

NUNES, M. de O. **O plano nacional de educação em direitos humanos e a realidade da escola pública.** Dissertação (mestrado em educação). Londrina. 2013.

SCHILLING, Flávia, **Direitos Humanos, Justiça e Violência: percepções sobre a escola justa.** USP. Tese (doutorado em educação). São Paulo. 2012.

SILVA, C. R. da. **A Igualdade Ainda Vai Chegar: Desafios Para a Construção da “cultura do Respeito” Aos Direitos de Cidadania Do Segmento LGBT Em Uma Escola Pública Do Município de São Paulo.** USP. Tese (doutorado em educação) São Paulo. 2010